

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 539.189 - SP (2019/0306828-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : PERCIVAL STEFANI BRACHINI DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : PERCIVAL STEFANI BRACHINI DE OLIVEIRA - SP329645
VICENTE AMÊNDOLA - SP430692
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ARSENIO LUZ RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **ARSENIO LUZ RIBEIRO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 12 anos de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 1.200 dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, c.c o 40, V, da Lei n. 11.343/2006.

Em sede recursal, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante ser desproporcional a exasperação da pena-base com amparo apenas na quantidade e na natureza do entorpecente apreendido, bem como que as instâncias antecedentes incorram em *bis in idem* ao sopesarem tais circunstâncias para afastar o redutor do tráfico privilegiado.

Aduz que o fato de ter o paciente atuado como "batedor" ou "mula" não denota a sua habitualidade delitiva.

Requer, assim, a redução da pena-base e a incidência da minorante o art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Liminar indeferida (e-STJ, fls. 69).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 74-98).

É o relatório.

Decido.

Em consulta no banco de dados deste Tribunal Superior, verifica-se que este *habeas corpus* constitui mera reiteração de pedido formulado e já examinado no julgamento do AREsp n. 830623/SP. Isso porque há identidade de partes e da causa de pedir, impugnando os dois feitos o mesmo acórdão (Apelação n. 3001129-63.2013.8.26.0024), o que constitui óbice ao seu conhecimento.

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. CRIME TRIBUTÁRIO. CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART. 12, I, DA LEI N. 8.137/90. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO CONTIDO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. RECURSO JÁ JULGADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. É inadmissível a análise de impetração cujo objeto é idêntico ao contido em Agravo em Recurso Especial, que, inclusive, já foi julgado, tendo em vista a impossibilidade de reiteração de pedidos nesta Corte Superior.

2. Considerando a celeridade do rito do *habeas corpus*, toda a prova do direito alegado deve estar pré-constituída e disponível no momento e nos autos da impetração, sob pena de não conhecimento do *mandamus*.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 381.729/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 06/06/2017).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator